



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

**“COMPANHEIRA, ME AJUDE, PORQUE NÃO POSSO ANDAR SÓ”: A FORÇA FEMININA E A  
CONSTITUIÇÃO DA REDE SOLIDÁRIA DE CONFECÇÕES NO RIO GRANDE DO NORTE.**

**MARIA LUIZA SANTOS NASCIMENTO<sup>1</sup>**

**GLAUCIA LAVINEA OLIVEIRA XAVIER<sup>2</sup>**

**GLORIA MARIA DA SILVA GOMES<sup>3</sup>**

**FERNANDA SOARES ALVES<sup>4</sup>**

## **RESUMO**

O trabalho apresenta os desafios e possibilidades na construção de uma Rede Solidária de Confecções no Rio Grande do Norte. O estudo foi guiado pelo método histórico-dialético, com abordagem quanti-qualitativa sobre a experiência de incubação na extensão universitária, explorando a intersecção entre trabalho, economia solidária e a autonomia de mulheres no setor de confecções.

**Palavras-chaves:** Economia Solidária; Mulheres; Protagonismo Feminino; Rede Solidária de Confecções, Setor Têxtil.

## **ABSTRACT**

The paper presents the challenges and possibilities in the construction of a Solidarity Clothing Network in Rio Grande do Norte. The study was guided by the historical-dialectical method, with a quantitative-qualitative search on the experience of incubation in university extension, exploring the intersection between work, solidarity economy and women's autonomy in the clothing sector.

**Keywords:** Solidarity Economy; Women; Female Protagonism; Solidarity Clothing Network; Textile Sector.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## 1. Introdução

O presente relato de experiência é resultado do trabalho da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários (INICIES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Criada em 2012, a incubadora tem o objetivo de fomentar iniciativas populares associativas e cooperativas orientadas pelos princípios e práticas da economia solidária. Desenvolve ações de incidência política e de formação e assessoria junto com organizações de mulheres, de povos e comunidades tradicionais, em comunidades urbanas e rurais, tendo por horizonte a justiça social, o enfrentamento às desigualdades e a defesa dos direitos humanos.

Os projetos interventivos desenvolvidos pela INICIES buscam beneficiar populações socioeconomicamente vulneráveis no Rio Grande do Norte, desenvolvendo estratégias de promoção do trabalho associado e da cooperação entre pequenos produtores, contribuindo para a sustentabilidade econômica das iniciativas, visando a geração de trabalho e obtenção de renda que possa ser revertida em melhorias nas condições de vida das pessoas e das comunidades.

Desse modo, a INICIES vem desenvolvendo o projeto denominado “Rede Solidária de Confeções: mulheres tecendo alternativas de inclusão socioproductiva no Rio Grande do Norte”, juntamente com parceiros governamentais e organizações da sociedade civil para fortalecer as estratégias de inclusão socioproductiva com a valorização do trabalho associado de mulheres no setor de confeções, tendo por objetivo construir e fortalecer uma rede colaborativa de produção e de comercialização que contribua para a autonomia econômica e a emancipação das mulheres.

A iniciativa da Rede tem sua origem durante a Pandemia da Covid-19, a partir de um processo conduzido pela Subcoordenadoria de Economia Solidária da Secretaria de Estado de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) do Rio Grande do Norte para organizar a produção de máscaras de tecido que foram distribuídas entre a população mais vulnerável do RN. Dessa forma, observou-se um potencial para criar a Rede Solidária de Confeção, assim, com base na realização de um diagnóstico participativo, foi construída uma proposta para avançar nesse processo, considerando uma série de desafios a serem enfrentados. Para isso, buscou-se o apoio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, da Família e do Combate à Fome, possibilitando garantir formas dignas de trabalho e de obtenção de renda para mulheres incluídas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando o processo que está sendo vivenciado, o presente trabalho contém uma sistematização do diagnóstico participativo, identificando as potencialidades e carências das



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

organizações de mulheres que compõem a Rede. A análise foi orientada e se fundamenta no materialismo histórico e dialético, permitindo considerar múltiplos aspectos da realidade concreta e suas determinações, mediante um estudo de enfoque misto, qualitativo e quantitativo, que amplia a visibilidade das contradições e transformações, atribuindo sentidos e explicações aos fenômenos em busca da apreensão da essência dos mesmos, conforme Prates (2012). A construção da análise teve por base a pesquisa bibliográfica e estudos documentais, além de consultas à base de dados coletados no diagnóstico participativo, a partir de dois formulários de caracterização da organização coletiva e de perfil socioeconômico das Mulheres da RSC.

Com intuito de viabilizar a compreensão do material sistematizado, o presente artigo foi organizado em quatro partes. Após essa breve introdução, segue traços de resgate da história de surgimento da RSC e expõe uma síntese dos resultados obtidos sobre o perfil socioeconômico das mulheres que participam da Rede. O terceiro tópico aborda a economia solidária e o trabalho das mulheres no setor de confecções, apresentando a realidade dos empreendimentos de economia solidária a partir dos dados do diagnóstico participativo. Por último, são apresentadas as considerações finais destacando as experiências vivenciadas por meio da incubação e extensão da RSC.

## **2. Rede Solidária de Confecções: desafios pandêmicos e a esperança de um futuro solidário.**

A gênese do processo que constituiu a Rede Solidária de Confecções, remonta ao auge da pandemia do Covid-19, no ano de 2020. Neste cenário, dentre os desafios emergentes, a escassez das máscaras descartáveis no mercado se somou a outros problemas enfrentados no RN. Objetivando a resolutividade da situação, as máscaras de tecido se tornaram uma opção viável, além de contribuir para a geração e manutenção de postos de trabalho diante das medidas de distanciamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), resguardando a população dos riscos de contaminação.

Diante disso, o governo do RN apresentou uma iniciativa que contemplou positivamente ambos os desafios. A Subcoordenadoria de Economia Solidária, da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS/RN), iniciou o processo para a criação de uma Rede, reunindo 201 trabalhadoras costureiras, de 19 empreendimentos de Economia Popular Solidária do estado com o objetivo de produzir máscaras para atender as necessidades

de segurança e saúde da população. Logo, os grupos realizaram uma boa produção em curto período de tempo, e o sucesso desta iniciativa serviu de base para outras possibilidades.

Com essa motivação, deu-se continuidade aos diálogos para viabilizar uma maior amplitude do projeto com a projeção de produção de enxovais para os hospitais da rede de saúde pública coordenada pela Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP/RN). Entretanto, em meio à crise sanitária e com a demanda urgente dos enxovais hospitalares, não foi possível concretizar o fornecimento dos itens pelos empreendimentos econômicos solidários em rede. Além desse fator da urgência, havia fragilidades organizativas e despreparo financeiro dos empreendimentos, incapazes de adquirir matéria prima de forma imediata, sem capital de giro para compra em grande quantidade e com menor custo. Vivenciava-se, assim, o cenário de competição mercantil, no qual as organizações da economia solidária estão em plena desvantagem.

Apesar disso, a construção da rede não foi descartada, pois havia uma base para potencializar um processo de conquista das condições adequadas para organização da produção e comercialização em rede. Ocorreram diálogos e iniciativas visando estabelecer um embasamento legal para tornar viável o tratamento diferenciado nas compras governamentais para esse segmento. Como resposta às demandas que surgiram a partir da atuação das mulheres da confecção durante o período pandêmico no RN, a lei Estadual de nº 11.363/2023, que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária, foi sancionada pela Governadora do RN, Fátima Bezerra.

O conteúdo da lei é de autoria da Deputada Estadual Isolda Dantas, do Partido dos Trabalhadores (PT) e representa uma alternativa para os empreendimentos da economia solidária do ramo têxtil e de confecção, possibilita aos mesmos um tratamento diferenciado nas compras governamentais, ampliando a atuação do Estado no fortalecimento de setores produtivos ou segmentos econômicos vulneráveis.

Está disposto na lei que no mínimo de 30% (trinta por cento) do valor destinado para aquisição de produtos e contratação de serviços do setor têxtil e de confecção para atender às demandas dos órgãos públicos estaduais, deverá ser destinado para compra de produtos oriundos de empreendimentos da economia solidária.

Além disso, a legislação tem dentre os seus objetivos, incentivar e fortalecer a economia solidária, a partir da inclusão econômica e social, do fomento à produção sustentável, bem como, do fortalecimento dos espaços e das redes de comercialização dos produtos provenientes de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

empreendimentos econômicos solidários. Dentre as organizações aptas a participar do Programa serão priorizadas as constituídas predominantemente por mulheres, comunidades tradicionais, jovens, indígenas e quilombolas.

Entretanto, para que os empreendimentos acessem de forma efetiva os benefícios dispostos na legislação, faz-se necessário construir um processo de articulação e mobilização com os empreendimentos, a fim de organizá-los em rede, visando contribuir no fortalecimento de suas capacidades organizativas e produtivas, os preparando para atender as demandas em escala. Ademais, uma parte dos empreendimentos associativos de confecções no RN, estão inseridos de forma totalmente subordinada e subalternizada na cadeia produtiva têxtil e de confecções, ocorrendo a máxima exploração e expropriação do trabalho das mulheres costureiras pelas empresas de médio e grande porte no modelo de produção faccionada.

É preciso considerar que o acesso aos benefícios da Lei nº 11.363/2023 também é atravessado por diversos desafios internos e externos aos empreendimentos. A atual conjuntura do país e do estado do RN, possui déficits sócio-históricos que pioraram com a imposição de políticas ultraneoliberais de ajuste fiscal, sobretudo entre 2016 e 2022, com a elevação dos indicadores de desemprego, perdas na composição da massa salarial e consequente redução da arrecadação fiscal, cenário agravado pela pandemia da Covid-19.

Segundo o Instituto de Economia Aplicada (2023), o Brasil tem como uma de suas principais características a alta concentração de renda, onde o 1% mais rico da população possui 28,3% da renda total, transformando o país em um dos mais desiguais do mundo. Essa realidade se agrava devido à "(...) ofensiva capitalista no contexto de sua crise estrutural, maturidade e decadência, e em busca desesperada, desenfreada – e destrutiva - pela valorização do valor" (BEHRING, 2023, p. 03). Essa ofensiva traz sérias consequências com a precarização das condições de trabalho combinada com a desproteção social, ampliando ainda mais as desigualdades sociais no país.

No tocante à realidade estadual, segundo a Assessoria de comunicação do RN (ASSECOM-RN) em 2021 o ano de maior agravamento da crise sanitária da COVID-19 no Brasil, havia mais de 530.000 pessoas em situação de extrema pobreza no RN, ampliando ainda mais as desigualdades sociais no Estado. Nesse contexto, as prioridades de investimentos no estado do RN, com base nas demandas do capital, são voltadas, sobretudo, para a geração de energias eólica e solar, consideradas como renováveis, mas com sérios impactos socioambientais. Os setores populares de produção familiar e solidária ficam à margem desse processo,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

negligenciados e recebendo resíduos de investimento, o que os impede de avançar enquanto economia consistente, viável, justa e sustentável.

É nessa conjuntura que a INICIES/UFRN, desde a aprovação da Lei nº 11.363/2023, busca contribuir com o processo de mapeamento e mobilização de associações, grupos e cooperativas formadas por mulheres que atuem na produção de confecções como uma alternativa de trabalho e obtenção de renda, seja de forma principal ou complementar.

Esse processo vem sendo realizado em articulação entre diversas entidades<sup>5</sup>, envolvendo, além da INICIES/UFRN e da Subcoordenadoria da Economia Solidária (ECOSOL SETHAS/RN). Todas essas organizações desenvolvem atividades de assessoria, organização e incentivo à incidência política junto a dezenas de empreendimentos econômicos solidários do setor têxtil e de confecções no RN que estão sendo articulados na Rede Solidária de Confecções.

Para fortalecer esse processo, em 2023, foi iniciado um diagnóstico participativo que buscou identificar as capacidades produtivas dos empreendimentos, bem como traçar o perfil socioeconômico das mulheres que constituem os mesmos. Parte-se da compreensão de que para constituir a Rede faz-se necessário averiguar quem são os indivíduos que a compõem, afinal, é na construção do coletivo que se determina a sua identidade.

O diagnóstico participativo foi realizado com a aplicação de dois formulários, um para caracterização da iniciativa coletiva (o empreendimento) e o segundo do perfil socioeconômico das mulheres, buscando também compreender aspectos de suas motivações para participação nos grupos. Todavia, ressaltamos que o número de pessoas entrevistadas, não corresponde ao quantitativo total de participantes. Assim, obtemos os dados de 208 integrantes presentes no momento da aplicação e pertencentes aos empreendimentos de economia solidária.

A partir desse levantamento, averiguou-se que 94,7% das entrevistadas são mulheres, expondo o protagonismo feminino nas atividades de costura, visto que essas práticas são historicamente exercidas por mulheres, considerando a divisão sexual do trabalho que foi sendo forjada desde povos originários. Porém há uma distinção entre os momentos históricos, considerando que na configuração original, essa divisão sexual do trabalho não tornava as atividades divididas em hierarquias, pois o trabalho era necessário para produção e reprodução do ser social que ao transformar a natureza moldou a si mesmo, em que todos cumpriam o seu valor

---

<sup>5</sup>Engenheiros sem Fronteiras (ESF/RN), a Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS/UFRN), a Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFSOL/UFRN), a Associação de Comercialização Solidária Xique-Xique, o Centro Feminista 8 de Março (CF8), a Cáritas Diocesana de Caicó, e o Conselho Estadual de Economia Solidária.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

na comunidade, com base na função social para manter as necessidades do coletivo (Lessa, 2012). No entanto, com a expropriação do trabalho nos modos de produção escravista, servil e, sobretudo, no capitalista, a divisão sexual passa a ter uma nova definição, perpassando pelas relações desiguais de gênero que são o alicerce para continuidade do sistema opressor da classe dominante, com isso, institui para o gênero feminino o valor inferior em suas atividades na sociedade patriarcal.

Isso nos permite uma reflexão diante da construção da Rede Solidária de Confecções que permeia as expressões da questão de gênero. Durante o questionário identificou-se que 84% das entrevistadas realizam atividades domésticas, como assumir os cuidados da casa, as responsabilidades por crianças, idosos e pessoas com deficiência. Ou seja, nos espaços familiares são as mulheres encarregadas pelos afazeres domésticos, sem auxílio de terceiros ou reconhecimento do valor social exercido no trabalho.

Além disso, 57,2% das mulheres trabalham totalmente ou parcialmente em suas residências, visto que podem realizar os serviços domésticos ao mesmo tempo que atuam também na produção de confecções. Ora, esse formato é bastante conveniente para a sociedade do capital, pois o trabalho doméstico, por não gerar lucro, é posicionado como atividade do “cuidado” feminino, intrínseco ao gênero. Dessa forma, as mulheres são obrigadas a exercer dois trabalhos, mas sendo remunerada apenas por um, sendo expostas a dupla jornada de trabalho que afeta seu desempenho profissional, uma vez que:

Um importante fator a considerar diz respeito à socialização parcial da mulher para a vida profissional. Exatamente em virtude deste fenômeno tão profundamente enraizado na personalidade feminina, de situar sua vida ocupacional em segundo plano e estar mais disponível para a vida familiar, geralmente as mulheres detêm empregos, mas não realizam carreira. (...) A maioria das trabalhadoras das sociedades ocidentais, que não dispõem de equipamentos sociais suficientes para minimizar, pelo menos, sua dupla jornada de trabalho, não têm condições de pensar sua atividade profissional a longo prazo. Quer pela ausência relativa de infra-estrutura de serviços que a libere de parte dos trabalhos domésticos, quer pelo tipo de socialização que introjetou, a mulher pensa em suprir com seu trabalho temporário necessidades do momento, e, em virtude deste condicionamento, não se identifica profundamente com sua atividade ocupacional. (Saffioti, 2009, p. 130)

O cenário das mulheres pertencentes aos empreendimentos é agravado quando se constata que 53,9% do total necessita realizar outras atividades remuneradas além da costura, evidenciando a fragilidade dos trabalhos artesanais, em virtude da não valorização dos mesmos, tendo que buscar meios alternativos para complementar a renda, ressoando em uma tripla jornada de trabalho para essas integrantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nessas condições, fica claro como a hegemonia capitalista utiliza como estratégia o domínio do espaço e tempo dos indivíduos para aumentar seu acúmulo de capital, uma vez que tem o controle desses dois elementos, controlando o contexto material da experiência pessoal e social, conseqüentemente o dinheiro (Harvey, 1992). Com isso, afirma-se que para manter o poder político da classe dominante é essencial a submissão e exaustão das condições de vida e de trabalho das mulheres.

Para compreender melhor os indivíduos e os futuros cenários segue-se para o resultado socioeconômico obtido. Pontua-se, inicialmente, que essas mulheres estão majoritariamente na faixa etária de 45 a 59 anos, com 53% do total possuindo mais de 10 anos de experiência no âmbito do trabalho com costura, o que permite maiores oportunidades de trocas de conhecimentos e fortalecimento dos métodos de trabalho.

No que se refere à renda familiar, apresenta-se que 53% vive com até um salário mínimo e um terço tem acesso à seguridade social, com ênfase nos programas de transferência de renda da política de assistência social. Essa situação mostra-se mais grave diante do fato de que 48% das associadas assumem a responsabilidade do sustento da família. Desse modo, urge a necessidade do Estado proporcionar caminhos de contribuir com a estabilidade financeira dos grupos de economia solidária, para garantir que essas mulheres possam ter autonomia por meio de suas habilidades e força de trabalho.

Outro fator a ser considerado é a questão racial, o Brasil possui em seu passado o histórico escravocrata que deixou suas heranças enraizadas na sociedade que permeia o racismo em diversas áreas, com intuito de prosseguir com a hegemonia branca do país, sendo fundamental posicionar as pessoas negras em situações de miserabilidade para a continuidade de exploração e expropriação do modo de produção vigente. Nesse sentido, de acordo com o questionário assinalou que 65% das entrevistadas se autodeclaram pretas e pardas, fomentando o debate sobre o trabalho no país, visto que a divisão do trabalho também perpassa pela raça/etnia. Dialoga-se com Gonzalez (2020) na perspectiva da negritude e o desemprego no país, em que a população negra ocupa os espaços de subempregos e do mercado informal, sendo essa realidade acentuada no caso das mulheres negras que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo forçadas ao limbo da exploração e opressão da sociedade brasileira, enfrentando a tríplice discriminação:

O que se opera no Brasil não é apenas a discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o

que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato da mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (Gonzalez, 2020, p.42)

A partir desse pensamento reforça-se a necessidade de políticas públicas que possam garantir o trabalho da produção têxtil dessas mulheres que na costura e na economia solidária encontram um meio de enfrentar a situação socioeconômica imposta pelas opressões sociais, necessitam de uma segurança que proporciona a emancipação do seu trabalho. Isso fica evidente na última pergunta respondida no questionário que consiste em identificar as motivações para participar do grupo/associação:

**Tabela 01 - Resultado das motivações para participar do grupo/associação**

<b>Motivações para participar do Grupo/Associação</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Convivência em grupo	143	68,8%
Desejo de trabalhar com costura	137	65,9%
Qualificação Profissional	127	61,1%
Melhorar autoestima enfrentar as opressões	127	61,1%
Fonte Complementar de Renda	101	48,6%
Motivação Social filantrópica	79	38,0%
Alternativa ao desemprego	64	30,8%
Acesso a Financiamento	39	18,8%
Fonte Principal de renda	32	15,04%
<b>Total Geral</b>	<b>208</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Questionário Socioeconômico Individual do Perfil das Mulheres da RSC. Elaboração Própria.

Conforme apresentado na tabela constatou que 68,8% das entrevistadas afirmam que a convivência em grupo é a principal motivação para inserir-se nos empreendimentos de economia solidária, ainda, 61,1% do total compartilharam que os espaços coletivos promovem uma melhora na autoestima e na determinação para enfrentar as opressões. Mas essas motivações estão combinadas com outras do desejo de trabalhar com costura (65,9%), busca de qualificação



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(61,1%), fonte complementar de renda, alternativa a desemprego etc. Em relação a esses aspectos, pode-se citar os estudos de Engels sobre a formação do ser social, resgatam as origens da relação entre trabalho e sociabilidade, de modo que o processo de trabalho implicava no desenvolvimento da “ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade”. (Engels, 2004, p. 15)

Na sociedade patriarcal e competitiva que incentiva a rivalidade entre as mulheres, manter a união feminina se faz fundamental para contribuir com sua construção emocional, sororidade e fortalecer o vínculo de trabalho ao incentivar e apoiar-se mutuamente. Dessa forma, os espaços coletivos têm um importante papel no acúmulo de conhecimento por proporcionar as trocas de experiências e aproximar as mulheres criando uma relação saudável de incentivo e evolução no seu trabalho.

Assim, reflete-se o que resulta esses dados, para isso, retoma-se os princípios de economia solidária, como a autogestão, solidariedade e cooperação, onde defende-se o fim da competição e incentiva-se o trabalho cooperativo de ajuda mútua, permitindo que os espaços de realização das tarefas sejam democráticos, emancipatórios:

Dessa forma, a economia solidária expressa e exige mudanças socioculturais profundas nos comportamentos e práticas políticas de seus trabalhadores e trabalhadoras. É uma mudança profunda, no sentido de sua radicalidade, de resgatar o valor do trabalho em sua essência, como fundamento do ser social. (Silva e Silva, 2023, p.05)

Essa dinâmica tem uma dialética com os espaços de economia solidária, dado que, para esse processo ocorrer precisam seguir os princípios da economia, enquanto o modo de produção econômico solidário só existe com a união dos trabalhadores. Além disso, nas associações e cooperativas não limitam suas trocas de saberes aos conhecimentos de uma educação tradicional de caráter mercadológica, utilizam do conjunto de conhecimentos populares a técnicas profissionais, provocando uma reeducação coletiva para emancipar a convivência e o trabalho da exploração do ser humano por outro ser humano, conforme destacam Silva e Silva (2023). Nesse sentido, a Rede Solidária de Confecção permitirá que essa união e fortalecimento das mulheres possa fortalecer o movimento feminista no Rio Grande do Norte.

### **3. Tecendo alternativas de trabalho das mulheres em Rede Solidária de Confecções**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para compreender as especificidades dos grupos da Rede Solidária de Confecção, protagonizados por mulheres costureiras e artesãs, aplicou-se um formulário sobre as características de 36 empreendimentos do Rio Grande do Norte, organizado em cinco seções: 1) informações de contato; 2) caracterização dos empreendimentos; 3) gestão; 4) habilidades, formação e assessoria técnica; e 5) redes sociais e participação. Nesta seção, além de apresentar alguns dos resultados do diagnóstico, busca-se trazer reflexões e abordagens teóricas para contextualizar e explorar a temática das mulheres na Economia Solidária no setor de confecção.

No que se refere à caracterização dos empreendimentos da Rede Solidária de Confecções, notou-se que a natureza jurídica predominante é de associação, correspondendo a 94,4%. Existem 2,8% de cooperativas e 2,8% de grupos informais. Esses dados indicam que os grupos se alinham com os princípios e práticas do cooperativismo e associativismo, o que remete a Leite (2009), quando menciona os sete princípios instituídos pela cooperativa de Rochdale, em 1844, na cidade de Manchester, na Inglaterra, os quais permanecem em vigor: a união voluntária de indivíduos em torno de objetivos comuns; a organização e tomada de decisões democráticas (baseadas no emblema "um membro, um voto"); a participação econômica dos seus sócios e decisão compartilhada sobre a distribuição da riqueza; o estabelecimento de relações com outras organizações e com o Estado, mantendo, contudo, a autonomia e independência; proporcionar acesso à educação, capacitação e informação para os seus membros; a cooperação entre cooperativas e associações por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais; e o compromisso com a comunidade e o desenvolvimento local.

Além disso, identificou-se que 94,6% dos grupos estão devidamente cadastrados no CADSOL RN, o que significa que são reconhecidos enquanto Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Em contrapartida, apenas 5,4% não estão cadastrados, o que sugere a necessidade de fortalecer a divulgação do CADSOL RN como um instrumento significativo para o desenvolvimento de práticas solidárias e para a ampliação da política pública de Economia Solidária. Conforme elucidado abaixo, EES são:

[...] São ações que surgem e se expandem a partir da segunda metade do século XX, capazes de gerar novas oportunidades de inserção social por meio do trabalho; priorizando certos princípios que são: democratização da gestão do trabalho, ajuda mútua, responsabilidade, equidade e solidariedade; domínio do 'know-how' produtivo, distribuição equitativa da renda obtida; e fortalecimento do desenvolvimento local de forma sustentável. A Economia Solidária tem por base a Autogestão dos empreendimentos, onde todos decidem coletivamente [...]. (Stah, Reni Luiz; Schneider, José, 2013, p. 199)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A organização da Rede Solidária de Confeccões tem como objetivo trabalhar pela construção da autonomia das mulheres. Convém lembrar que, de acordo com os estudos realizados por Heleieth Saffioti (2013), às mulheres das camadas sociais mais baixas sempre estiveram diretamente envolvidas na produção de bens e serviços. O trabalho realizado por essas mulheres é gerador tanto da subsistência da família quanto da riqueza social.

As mulheres da Rede Solidária de Confeccões (RSC) trabalham com confecção e costura, e alguns grupos também desenvolvem atividades em serigrafia e sublimação. Além disso, elas se dedicam a diversas tipologias de artesanato, como bordado, crochê, patchwork, pintura em tecido, renda, macramê, fuxico e trabalhos com materiais recicláveis, bem como, identificou-se o trabalho artesanal em madeira e vidro.

A produção de confecção integrada ao artesanato reflete características culturais das comunidades e territórios onde os empreendimentos estão organizados. O trabalho dessas mulheres resulta em uma variedade de produtos, como roupas, bolsas, acessórios, roupas de cama, mesa e banho, artigos para o lar e outros itens sob encomenda. Além disso, elas oferecem serviços de reforma de roupas para complementar a renda. A somatória dessas atividades de trabalho demonstram um vasto arcabouço de conhecimentos, práticas e técnicas. Contudo, essa soma de atividades não ocorre apenas por interesse e desejo de produzir, mas também pela necessidade de suprir e gerar renda para a reprodução da vida social.

Quanto à realidade das demandas produtivas dos grupos, percebe-se um cenário bastante variável. Observa-se que 45,9% dos grupos relatam possuir pouca demanda, o que resulta em longos períodos de ociosidade, enquanto 35,1% afirmam ter muita demanda, ficando pouco tempo ociosas. Paralelamente, 10,8% dos grupos indicam que a demanda varia de acordo com a sazonalidade, e 8,1% informam que estão parados no momento.

Tal realidade explicita que o setor de confecção têxtil é extremamente variável devido à condicionalidade da lógica de mercado capitalista, e isto não é fruto de uma realidade recente. Dessa forma, o fluxo de demandas impacta diretamente o funcionamento do empreendimento, pois, na ausência de demanda, a produção se torna inoperante, fragilizando a rotina de organização do trabalho e impactando na renda obtida pelo trabalho, em consonância com o que já averiguava Heleieth Saffioti.

Não sendo a alta-costura passível de produção em massa (modelos exclusivos), o custo da produção seria extremamente alto se o tempo de trabalho fosse o critério usado no cálculo do salário. [...] Além disso, como se trata de produção sazonal e sujeita às variações da moda, as necessidades de mão de obra variam em função das estações do ano. (Saffioti, 2013, p.92)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Os dados coletados no diagnóstico apontam para determinações do processo de produção no capitalismo, marcado pela competição permanente, assim como o setor têxtil, que gera desigualdades sociais e afeta diretamente o desempenho de grupos de economia solidária. Esses grupos, frequentemente descapitalizados, enfrentam dificuldades para realizar investimentos, tanto na compra de matéria-prima e insumos quanto em processos de capacitação. O diagnóstico revelou que apenas 32,4% dos empreendimentos declararam possuir algum capital de giro, enquanto 67,6% afirmaram não ter esse recurso, o que demonstra a dificuldade em manter um ciclo de vendas regular e financeiramente sustentável. Buscando compreender mais profundamente a dinâmica econômica dos EES, investigamos o acesso a créditos e investimentos, constatando que 89,2% dos grupos não tiveram acesso a esses recursos, enquanto apenas 10,8% conseguiram obtê-los. Esse dado evidencia que, apesar da existência de programas de microcrédito para empreendimentos solidários, a exemplo do Programa de Crédito Solidário RN, as condições e desafios enfrentados na realidade desses empreendimentos, assim como a situação de vulnerabilidade socioeconômica das mulheres associadas, muitas vezes levam ao endividamento, resultando em inadimplência. Em diálogo com as mulheres dos grupos, notou-se que elas não sentem segurança financeira para realizar esse tipo de investimento.

Quanto aos processos de comercialização, identificou-se que a maioria desses empreendimentos utiliza como principais locais de venda as feiras eventuais e eventos, ou a venda direta ao consumidor, além de pontos de venda coletiva dos grupos que possuem estrutura disponível. No entanto, observou-se que esses pontos e canais de comercialização são escassos e não garantem a geração de renda necessária para suprir as necessidades de reprodução social. Desse modo, percebe-se um frágil cenário de diversificação de mercados, e muitos EES não possuem um espaço próprio para comercialização/produção, o que dificulta o escoamento da produção dos grupos. Os grupos relataram que a maioria dos empreendimentos realiza a maior parte de suas vendas diretamente aos consumidores, poucos ofertam produção para revenda, e ainda não há o acesso às compras governamentais, o que contribui para a dificuldade na regularidade das vendas.

Em relação às dificuldades para a comercialização, 91,7% dos EES indicaram enfrentar algum tipo de desafio, enquanto apenas 8,3% relataram não ter dificuldades. Entre as principais dificuldades estão a falta de capital de giro, a dificuldade em encontrar clientes suficientes ou interessados nos produtos, e a manutenção da regularidade jurídica e tributária, como a emissão



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de notas fiscais e alvarás de funcionamento. Além disso, os EES enfrentam dificuldades relacionadas às particularidades do território em que estão localizados.

No que tange ao entendimento das habilidades, formação e assessoria técnica dos grupos, os dados revelam que as mulheres dos EES que compõem a RSC reconhecem a confecção como uma forma de trabalho que exige conhecimentos específicos, abrangendo desde corte, costura e modelagem até técnicas de artesanato, entre outras habilidades específicas da confecção, assim como da gestão, como é o caso da precificação e estratégias de comercialização. Nota-se que as mulheres se autoavaliam reconhecendo suas capacidades e potencialidades, assim como exercem autocrítica para identificar onde precisam melhorar, ao passo que identificam dificuldades e fragilidades nas diversas áreas da autoavaliação.

Quanto às indicações para possíveis áreas de formação, destaca-se: marketing digital e mídias sociais; corte e costura; costura; precificação; manutenção de máquinas; técnicas de artesanato (foram citadas em média 6 técnicas diferentes); modelagem; design de moda, entre outros. No total, foram citadas mais de 26 áreas de formação, o que indica que os grupos da Rede Solidária de Confecção sentem necessidade e desejo de adquirir novos conhecimentos em uma variedade de temas.

Verifica-se que as demandas de aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades atendem tanto aos desejos das mulheres em relação ao prazer do trabalho criativo na costura, quanto às exigências de mercado competitivo que modula esses saberes a partir das tendências de moda, tipos de insumos e inovações nos equipamentos. Essa dualidade também foi analisada por Saffioti (2013, p. 66).

A sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. As barreiras que a sociedade de classes coloca a sua integração social, todavia, não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva, e não pela necessidade que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas." (p.66)

Esse conjunto de constatações revela a necessidade e a importância do desenvolvimento e da consolidação da RSC, pois permitirá tanto o intercâmbio de conhecimentos entre as integrantes de diferentes territórios do RN, aproveitando as vivências proporcionadas pelo projeto, quanto a criação de estratégias coletivas, o que pode culminar na superação das dificuldades existentes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Como apresenta Mance (2005), as Redes de Economia Solidária têm por objetivo reunir e integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços e até consumo, tratando-se de um processo de reinvestimentos coletivos para promover o fortalecimento da organização coletiva e a reorganização solidária das cadeias produtivas. Ele ainda acrescenta que, para isso, é fundamental realizar um bom diagnóstico, seguido da elaboração de projetos de desenvolvimento, para assim escolher adequadamente os instrumentos e/ou tecnologias sociais a serem aplicados no arranjo produtivo em questão e organizar a rede socioeconômica.

#### 4. Conclusão

O presente trabalho buscou relatar a experiência vivenciada enquanto estudantes e bolsistas da extensão na ação formativa de constituição da Rede Solidária de Confecções, que permitiu o aprofundamento da aprendizagem sobre os princípios e práticas de economia solidária e de como estes se expressam na dinâmica da cadeia produtiva da confecção no estado do Rio Grande do Norte. A execução do projeto possibilitou aportes à formação profissional no Serviço Social com a capacitação da instrumentalidade, por meio de diversos processos: mobilização, articulação, visita *in loco*, aplicação de questionários, elaboração de relatórios, análise e sistematização de dados, leituras e trabalho em grupo.

Através das atividades desenvolvidas com a realização de diagnóstico participativo, verifica-se a reprodução de disparidades na questão de gênero, racial e de classe social, sendo um campo amplo para análises e reflexões. No presente trabalho foram destacadas algumas das relações sociais que perpassam o trabalho de mulheres no setor de confecções em iniciativas de economia solidária. Foram verificadas a presença das desigualdades relativas à tripla jornada de trabalho produtivo e reprodutivo, as formas de exploração direta e indireta que essas mulheres sofrem no mercado capitalista com obtenção de baixo rendimento pelo trabalho que realizam, sendo pior ainda no caso em que as mulheres são as responsáveis principais pela sustentação da família, além de outros constrangimentos que as oprimem e limitam o pleno desenvolvimento de suas capacidades produtivas.

Contudo, ressalta-se que o projeto desenvolvido pela INICIES e seus parceiros está em processo para a consolidação da Rede Solidária de Confecções, passando agora para a segunda fase, onde haverá a mobilização dos empreendimentos inseridos na Rede para fortalecer a cooperação entre grupos e promover a autonomia organizativa, produtiva e comercial dessas mulheres. Outro ponto que deve ser trabalhado será o fortalecimento das parcerias com as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

entidades governamentais, posicionando-os como responsáveis por assegurar e garantir às costureiras e artesãs da RSC a efetivação da Lei Estadual nº 11.363/2023.

Diante do cenário dos EES da RSC, identificou-se por meio do Diagnóstico Participativo que, para superar as dificuldades mencionadas, as soluções podem partir do fortalecimento dos processos organizativos, de participação e gestão, além de oferecer assessoria técnica e formação. Também é necessário garantir o acesso a mecanismos de captação de recursos financeiros que promovam a sustentabilidade financeira e o fortalecimento das capacidades produtivas dos grupos de confecção. Para isso, conta-se com a busca ativa de apoios que possam proporcionar a consolidação e ampliação da Rede Solidária de Confecções no RN.

## Referências

ASSECOM-RN. Extrema pobreza no Rio Grande do Norte cai 56,9% no pós-pandemia. Governo do RN, 2024. Disponível em: <https://www.rn.gov.br/materia/extrema-pobreza-no-rio-grande-do-norte-cai-569-no-pos-pandemia>. acesso em: 15 de Ago. 2024

BEHRING, E. R. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. Minas Gerais: Revista Libertas, v. 23 n. 1 (2023) - ISSN: 1980-8518 (jan/jun 2023)

ENGELS, Friederich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. (p. 11 a 28)

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudos revelam o impacto da redistribuição de renda no Brasil**. Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil> acesso em: 15 de Ago. 2024

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LEITE, Márcia de Paula. **A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: teorias e realidades**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [s. l], v. 24, n. 69, p. 31-51, ago. 2008.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Apresentado no Encontro Internacional de Economias Salesianas. Sevilha, 2005.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

PAIXÃO, Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur; KANAMARU, Antonio Takao. **Economia Solidária como modelo alternativo de produção na área têxtil e de moda.** Da Pesquisa, Florianópolis, v.15, p. 01-16, nov., 2020.

PRATES, Jane. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 11.363/2023 de 17 de janeiro de 2023. Institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Rio Grande do Norte, [2023]. Disponível em: <https://www.al.rn.leg.br/storage/legislacao/2023/sqi0u4pomf18e3sw4hbw903lurd3op.pdf> Acesso em: 15 Ago. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. O Trabalho da Mulher no Brasil. **Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 115-135, ago. 2009.

SILVA, Ronalda Barreto; SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Economia Solidária: a utopia militante do trabalho associado e da autogestão para paul singer.** In: Anais do Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (SICOOPES). Anais...Castanhal(PA) IFPA Campus Castanhal, 2023.

STAHL, Reni Luiz; SCHNEIDER, José Odelso. **As interfaces entre cooperativismo e economia solidária.** Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 197-206, mai/ago., 2013.